

Dayse Rodrigues dos Santos
Nila Luciana Vilhena Madureira
Mary Jose Almeida Pereira

Organizadoras

**CONQUISTAS,
REFLEXÕES
E DESAFIOS
NA FORMAÇÃO
CONTINUADA
DOCENTE
VOLUME II**



Pantanal Editora

2020

Dayse Rodrigues dos Santos
Nila Luciana Vilhena Madureira
Mary Jose Almeida Pereira
(Organizadoras)

**Conquistas, reflexões e desafios na
formação continuada docente
Volume II**



Pantanal Editora

2020

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2020 Os Autores
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora e Canva.com
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C753	<p>Conquistas, reflexões e desafios na formação continuada docente [recurso eletrônico] : volume II/ Organizadoras Dayse Rodrigues dos Santos, Nila Luciana Vilhena Madureira, Mary Jose Almeida Pereira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 111p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-01-7 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319017</p> <p>1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Santos, Dayse Rodrigues dos. II. Madureira, Nila Luciana Vilhena. III. Pereira, Mary Jose Almeida.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.1</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
 Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

O referido e-book “Conquistas, reflexões e desafios na formação continuada docente volume II” se trata de mais uma realização editorial, que tem por objetivo dispor aos profissionais que atuam na área de ensino e da pesquisa em educação no Brasil, trabalhos que analisam o contexto da educação brasileira. Ele é composto por sete capítulos envolvendo temas diversos sobre o debate atual da formação de professores.

Portanto, da nossa parte, convidamos os professores leitores deste livro a refletirem, a agirem, e a internalizarem o propósito de mudança como um compromisso, assumido sobre a natureza e o conteúdo de sua profissão, quais seriam: remeter o planejamento do ensino, a organização dos conteúdos, articulados ao contexto sócio- cultural dos alunos e as suas necessidades concretas, de modo que tais medidas possam assegurar-lhes a apreensão do conhecimento científico, da arte, da filosofia, a ampliação da capacidade de pensar, em que a escola, nesse sentido, possa contribuir nas lutas pela eliminação da desigualdade social, formando uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Assim, reunimos oito investigações e reflexões a começar o **capítulo I**, intitulado *Educação e Internet: um estudo sobre o estado da arte (2007-2016)*, do autor Mauricio dos Reis Brasão, tem por objetivo mapear as produções no período de 2007 a 2016, que compreende as políticas educacionais brasileiras referentes à abordagem da Internet nas escolas. A partir das pesquisas realizadas o autor pontua os desafios da democratização do acesso a internet nas escolas.

No **capítulo II**, cujo título é *Memórias discentes sobre a avaliação da aprendizagem – Pressupostos à formação continuada docente*, escrito por Beatriz Maria Zoppo, Claudino Gilz, Ana Paula de Andrade Janz Elias, tem por objetivo analisar um conjunto de memórias discentes que se encontram a cursar etapas da Educação Básica ou que já a concluíram, os pressupostos correlatos à formação docente.

No **capítulo III** aborda o seguinte tema *Gênero discursivo cartão-postal digital: uma proposta de aplicação no ensino de Língua Inglesa na Educação de Jovens e Adultos*, das autoras Patrícia Maria da Silva, Viviane Cristina de Alencar Tomé e Anair Valênia, traz a experiência reflexiva do uso do gênero cartão-postal digital em turma de jovens e adultos em Goiás.

No **capítulo IV**, que aborda o tema *O Pnaic no Campo das Políticas de Formação Continuada do Professorado Campesino: estrutura, enfoques e impactos na Amazônia Bragantina*, elaborado pelos autores Daniel Rodrigues Corrêa e Waldir Ferreira de Abreu, pretende problematizar as questões que envolvem a política de educação no campo.

No **capítulo V** intitulado *Análise dos repositórios Educacionais Brasileiros para a Educação Básica*, dos autores Maria Cristina Mesquita da Silva e Queila Pahim da Silva tem por objetivo identificar quais foram e são os principais repositórios educacionais brasileiros criados pelo MEC/BRASIL, em especial

para a educação básica. Os autores identificaram as bases ativas e os documentos e serviços disponíveis em cada uma delas para auxílio do professor.

No **capítulo VI**, cujo tema é sobre o *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas: formação continuada docente*, dos autores Dayse Rodrigues dos Santos e Maria Nilva Rodrigues Neves, tem por objetivo refletir sobre o a formação continuada docente, proporcionada pelo “Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas”, o qual disponibiliza o projeto de intervenção, evidenciando as técnicas de revisão bibliográfica, assim como os dados interinstitucionais e a análise documental.

No **capítulo VII**, intitulado *Avaliação educacional e sua repercussão na formação e no trabalho dos professores do Brasil*, das autoras Mary Jose Almeida Pereira e Nila Luciana Vilhena Madureira tem por objetivo analisar a formação de professores e a influência da avaliação em larga escala, assim como a sua relação com o IDEB. Desse modo, o referido artigo pretende evidenciar como esses aspectos repercutem sobre a formação de professores e conseqüentemente no trabalho do professor.

Por fim, esperamos que este e-book possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novos avanços na formação continuada docente. Assim, garantir para a sociedade uma difusão de conhecimentos consolidados e amparados por fundamentos teóricos.

As organizadoras


SUMÁRIO


Apresentação	5
Capítulo I	7
Educação e Internet: um estudo sobre o estado da arte (2007-2016).....	7
Capítulo II	19
Memórias discentes sobre a avaliação da aprendizagem – Pressupostos à formação continuada docente	19
Capítulo III	40
Gênero discursivo cartão-postal digital: uma proposta de aplicação no ensino de Língua Inglesa na Educação de Jovens e Adultos.....	40
Capítulo IV	55
O PNAIC no Campo das Políticas de Formação Continuada do Professorado Campesino: estrutura, enfoques e impactos na Amazônia Bragantina	55
Capítulo V	74
Análise dos Repositórios Educacionais Brasileiros para a Educação Básica	74
Capítulo VI	89
Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas: formação continuada docente	89
Capítulo VII	99
Avaliação educacional e sua repercussão na formação e no trabalho dos professores do Brasil...	99
Índice Remissivo	111

Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas: formação continuada docente

Recebido em: 03/07/2020

Aceito em: 16/07/2020

 10.46420/9786588319017cap6

Dayse Rodrigues dos Santos^{1*} 

Maria Nilva Rodrigues Neves² 

INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores deve ser pensada e executada para além de cursos de preenchimento de diários de classe, discussão de calendário ou outros assuntos alinhados à gestão da escola. Entendemos os princípios da continuidade da formação docente muito mais amplos que os exemplos citados, de maneira que perpassasse não apenas pelos assuntos administrativos como também os demais aspectos compreendidos pelo trabalho docente no Brasil. Dessa forma, seria possível desenvolver conhecimentos adquiridos na formação inicial, alinhando-os ao exercício da função dentro de um contexto escolar já estabelecido, o que condiz com o pensamento de Antonio Nóvoa, no livro de sua autoria *Os professores e a sua formação* (1992), ao afirmar que ações formativas possam desenvolver processos epistemológicos que retornem para o desenvolvimento da organização, das pessoas e da comunidade educativa que as envolve.

Desde a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), construído a partir das disposições da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, as atribuições dos professores remetiam não apenas ao ensino de conteúdos da sua área de atuação, como por exemplo, Língua Portuguesa ou Geografia, mas também a uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos que pudessem articular os conteúdos fundamentados nos princípios de intertextualidade. Cabe lembrar que a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, expedida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), regulamentando as Diretrizes Curriculares a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena no Brasil foi baseada nos artigos 12 e 13 da LDB,

¹ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/Santarém. Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás - UFG/Regional Catalão.

² Docente da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana pela Universidade Federal de Goiás.

* Autor de correspondência: dayse.rodrigues@ifpa.edu.br

trata das atribuições dos estabelecimentos oficiais de ensino e dos docentes, respectivamente, quanto ao desenvolvimento de práticas de formação docente.

Nesses documentos, não há previsão de disciplinas obrigatórias relacionadas à prevenção ao uso de drogas nos currículos dos cursos de formação de professores em nível de graduação, mesmo que os malefícios causados pelo uso de drogas por parte de adolescentes já fossem reconhecidos por organizações intersetoriais em todo o mundo. Entretanto, a Resolução CNE/CP 1/2002, em seu artigo 14, inciso 2º, discorre sobre a responsabilidade das instituições formadoras de professores da educação básica promoverem projetos de formação continuada “na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras” (Brasil, 2002).

Assim, o Estado viu-se obrigado a ofertar cursos e projetos de formação continuada para docentes da educação básica em todo o país por razão bastante incisiva: o caráter preventivo ao uso de drogas por crianças e adolescentes é exigido por organizações internacionais das quais o Brasil faz parte, como a Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1948, reverberando nas consecutivas legislações aprovadas e promulgadas desde então.

Retornando para o nosso foco em refletir sobre o a formação continuada docente, proporcionada pelo *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*, disponibilizando o projeto de intervenção elaborado visando nossa escola de atuação época, utilizamos as técnicas de revisão bibliográfica, incluídos dados interinstitucionais e análise documental. Assim, norteamos nosso texto de forma descritiva e reflexiva acerca do curso e suas implicações, bem como do projeto e seu alinhamento com os propósitos do curso e ação docente.

CURSO DE PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS PARA EDUCADORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

A dependência de drogas é um dos temas de grande preocupação nacional e internacional, devido não só aos danos causados à saúde individual e coletiva, mas também pelo impacto em toda a sociedade, exigindo para sua prevenção e enfrentamento a adoção de políticas e ações articuladas que visem minimizar as consequências deste problema social, bem como conscientizar os alunos sobre o tema em questão. O grande desafio consiste em preparar educadores para a abordagem do uso abusivo de álcool e drogas, previsto como conteúdo transversal do currículo escolar nos PCN³ do Ensino Fundamental II e Médio no Brasil.

³ Documento elaborado pelo Governo Federal que orientou o Ensino Fundamental no Brasil de 1998 a 2017, quando foi substituído pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Entendemos que é necessário estudo e projetos de intervenção preventiva para que as situações de risco sejam amenizadas. Nessa vertente, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), juntamente com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), ofertou gratuitamente o Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, cujo objetivo era promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem na prevenção do uso álcool e outras drogas no contexto escolar (Brasil, 2012).

O objetivo do Curso é preparar esses profissionais para a realização de ações preventivas na escola e de desenvolvimento de abordagens adequadas nas situações de uso de álcool, crack e outras drogas, além de outros comportamentos de risco. Esta edição conta com a oferta de um módulo adicional de 60 horas de supervisão para os educadores que apresentarem um projeto de prevenção executável e integrado à rede local. Esses profissionais receberão supervisão de tutores capacitados e professores especialistas, com orientação para a implementação dos projetos, de forma a desenvolver um modelo efetivo de prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas no território escolar. Ao final do Curso, cada escola deverá apresentar o seu projeto de prevenção a ser desenvolvido na própria instituição, a partir da articulação das redes sociais e em consonância com as orientações e diretrizes da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2012).

Para tanto, o Poder Público optou por realizar o curso na modalidade de Educação a Distância (EaD), com o apoio de Instituições de Ensino Superior (IES) por todo o Brasil, de maneira que alcançasse o maior número possível de profissionais. Utilizamos o conceito de Educação a Distância estabelecido pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 1 Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A formação continuada docente estaria se materializando ao permitir que docentes possam trabalhar novos temas ao longo de suas práticas pedagógicas, já que a carga horária dos cursos de graduação não poderia abarcá-los de maneira mais aprofundada e/ou condizente com a realidade local. Assim, vemos o cumprimento do artigo 80 da LDB, no qual “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (Brasil, 1996).

Este curso de 180 horas foi realizado na Plataforma Moodle, contendo cinco módulos: 1) O educando como sujeito em desenvolvimento: família, escola e políticas públicas; 2) Conceitos e Abordagens sobre drogas e prevenção; 3) A prevenção ao uso de drogas no modelo da educação para saúde e das redes sociais; 4) Ações preventivas do uso de drogas na escola; e 5) Entrega do projeto de Intervenção em Prevenção do Uso de drogas. Em artigo cujo objeto de pesquisa é a avaliação deste

curso, Érica Monteiro e pesquisadores de outras instituições afirmam que os objetivos de cada módulo abordavam aspectos como o reconhecimento

da escola enquanto espaço de promoção de saúde, sendo considerada como um ambiente de desenvolvimento de ações de prevenção baseadas nas diretrizes de políticas públicas, utilizando-se do potencial das redes sociais como metodologia de prevenção. Por fim, as ações de prevenção propostas, seguindo as diretrizes pontuadas pelo material didático do curso, reconhecem a importância da formação continuada do educador, considerando as demandas sociais relativas à promoção da saúde e prevenção do uso de álcool e outras drogas (Monteiro et al, 2016).

Todo o material didático utilizado no curso foi elaborado e distribuído pela Universidade de Brasília (UNB), de forma que os cursistas potenciais, professores de escolas públicas, participassem com autonomia de todas as atividades, que incluíam fóruns virtuais, atividades colaborativas e questionários, bem como a elaboração de projeto de prevenção na escola em que atuavam. O estudo de Monteiro et al. (2016) afirma que “a mediação das atividades era feita pelos tutores que atribuíam as notas com base em critérios estabelecidos pelos professores dos módulos e discutidos entre tutores e coordenação de tutoria”, de maneira que o cursista tivesse acesso a tais informações no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Essa capacitação EaD promovida pelo governo federal foi criada em 2012, ofertada em 2014 sob responsabilidade das Instituições de Ensino Superior. Em 2019, o curso passou a ser da modalidade semipresencial direcionada exclusivamente para o Distrito Federal e os municípios de Arapiraca (AL), Aparecida de Goiânia (GO), Goiânia (GO), Pedra Preta (MT), Várzea Grande (MT), Recife (PE), Jaboatão (PE), Natal (RN), Aracaju (SE), Palmas (TO), conforme dados da nova instituição parceira, a Fiocruz.

Nesta ocasião, houveram alterações no curso: o nome passou a ser Saúde e Segurança na Escola⁴; as instituições promotoras Ministério da Justiça e Segurança Pública (por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz-Brasília e com a Universidade de Brasília (UnB), com o apoio dos Ministérios da Educação e da Saúde (via Programa Saúde na Escola); a carga horária total passou de 180 horas para 248 horas; nível de capacitação para aperfeiçoamento; e 2 mil vagas. Ainda em 2019, o Governo Federal lançou a chamada pública nº 005/2019 nos mesmos moldes da edição 2014, mas agora com 8 mil vagas e intitulado *Saúde e Segurança na Escola*.

Ressaltamos a necessidade de fomento e investimento em projetos que visam melhorar a qualidade do trabalho docente e da avaliação dos processos de formação continuada feita pelos próprios cursistas durante o período quanto por estudos dessa vertente, para que o poder público tenha conhecimento sobre a eficiência dos métodos e conteúdos escolhidos.

⁴ Site oficial do curso: <https://educadores.senasp.gov.br/>.

Projetos de prevenção ao uso de álcool e outras drogas devem ser planejados e executados com base em indicações científicas, de forma a fortalecer as possibilidades de sucesso ao se buscar discutir e intervir em uma questão social complexa, como o fenômeno do abuso de álcool e outras drogas. Usar estudos consistentes no desenvolvimento de propostas de formação continuada de profissionais apresenta-se como estratégia de construção de práticas mais eficazes (Monteiro et al., 2016).

Por conseguinte, o estudo de Monteiro et al. (2016) revela que 98,1% dos 4.960 participantes entrevistados aprovam o método de ensino e estratégias utilizados no curso, em que se observaram “aspectos de satisfação com o curso e sobre o acesso às ferramentas virtuais de aprendizagem”. Sobre o perfil dos participantes, o curso “foi composto predominantemente por mulheres (85,8%) com pós-graduação (64,8%) e 35,2% afirmaram possuir contato com a temática álcool e drogas no contexto escolar”. Considerando que somos parte “dos 21,8% dos alunos inscritos certificados pela participação via Plataforma Moodle” (Monteiro et al., 2016), conforme os dados gerais da pesquisa, compartilhamos aqui o projeto que elaboramos no quinto módulo do curso.

DO CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

O presente projeto de intervenção teve por finalidade abranger a comunidade escolar Escola Municipal Franklin Graham, em funcionamento na zona urbana do município de Formosa-GO, em 2015, que ofertava Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), escolhida por ser nosso local de atuação na época do curso. A ideia era orientar e divulgar informações e conhecimentos que pudessem prevenir o uso abusivo de álcool e drogas, praticado pelos adolescentes, jovens e adultos, uma vez que o consumo de drogas era um elemento presente naquele bairro e nos circunvizinhos. Podemos associá-lo ao recorrente problema agregado: a violência.

Para Maria Rita da Silva (2011), as drogas lícitas são aquelas legalizadas, produzidas e comercializadas livremente e que são aceitas pela sociedade. Os dois principais exemplos de drogas lícitas na nossa sociedade são o cigarro e o álcool. Outros exemplos de drogas lícitas: anorexígenos (moderadores de apetite), benzodiazepínicos (remédios utilizados para reduzir a ansiedade), etc. Já a cocaína, a maconha, o crack, a heroína etc., são drogas ilícitas, ou seja, são drogas cuja comercialização é proibida pela legislação. Além disso, o consumo das mesmas não são socialmente aceitas. O quadro abaixo, apresentado por Silva (2011), organiza informações sobre apreensões de drogas em Formosa-GO.

Tabela 1. Dados de ocorrências envolvendo apreensão de drogas pela polícia militar na área do 16º BPM – Formosa/GO.

PERÍODO DE: 01 DE JANEIRO DE 2010 A 28 DE FEVEREIRO DE 2011			
Tipo	Quantidade	Jovens envolvidos	Detidos
MACONHA	4.350 kg	19	15
CRACK	480 gramas	13	7
MERLA	46 latas	9	5
TOTAL		41	27

Fonte: COPOM – 16º BPM – Formosa-Go

Os dados acima eram preocupantes tanto para o Poder Judiciário quanto para as instituições educacionais do município, uma vez que o número de jovens envolvidos era alto. Dessa forma, o envolvimento de escolas no trabalho contra as drogas se fazia necessário. Não era novidade na literatura que os dependentes de qualquer vício acabam desestruturando o seio familiar e outros ambientes em que estão presentes, provocando assim comportamentos de desrespeito e violência às demais pessoas que estão a sua volta. Entendíamos que tanto a escola quanto a família deviam se envolver com atitudes preventivas, transformando a sociedade dependente e violenta em comportamento humano e saudável.

A monografia de Silva (2011) faz considerações e apontamentos bastante pertinentes ao uso de drogas no município. Para ela, “os familiares se sentindo excluídos pela sociedade convivendo com o preconceito por parte dos vizinhos e de todos os que os conhecem e participam do seu drama familiar, buscam soluções para o problema” (Silva, 2011). Dentro desse contexto, determinava-se a imediata intervenção de prevenção ao uso de substâncias negativas ao organismo humano. Cabe ressaltar que as escolas, juntamente com a família, constituem-se como peças fundamentais e necessárias para qualquer pessoa. Lembrando, ainda, que o conceito aqui utilizado como família diz respeito às pessoas que criam e educam os escolares como, avós, tios e outros. O fato é que todos precisam ser responsáveis tendo o compromisso em promover vidas de qualidade, diante deste cenário.

Em nossa comunidade, certamente, havia o uso indevido de drogas. Contudo, tanto a escola quanto a comunidade evitam ou restringem o assunto, alegando ser o assunto muito complexo e de competência de outras instituições além da escola. Justamente por isso, a construção de um projeto desse teor teria dificuldades e pouca aceitabilidade. A escola reconhece suas ações de combate às drogas como sendo insuficientes, mas que de certa forma atinge casos menos graves. Os programas extraclasse apoiam essas iniciativas, mas a adesão ainda estava aquém do disposto nesse curso como desejável. O fato de buscar as informações para o diagnóstico da situação da escola e as lideranças entre os alunos

seriam iniciativas afirmativas, bem como a elaboração projeto de ação, o qual legitima a ação de combate ao uso indevido de drogas.

O nosso principal intuito era promover um amplo trabalho de educação para prevenir e reduzir os problemas decorrentes do uso e comercialização de álcool, fumo e entorpecentes em nossa escola. Para isso, traçamos estratégias que fossem capazes de atingir nosso público-alvo, as turmas de 6º ano do Ensino Fundamental, de maneira mais humana e respeitosa possível, compatível com a faixa etária dos educandos. Assim, listamos os objetivos: 1) sensibilizar os alunos para a abordagem da questão; 2) desenvolver a espontaneidade e a autoestima dos alunos para facilitar a comunicação com os pais, não só de modo geral, mas em especial sobre a questão das drogas; 3) mobilização da opinião pública escolar, mediante campanhas de alerta; 4) identificar quais as causas e consequências dos usuários de drogas e quais são as drogas mais utilizadas entre os adolescentes na escola; e 5) compreender os fatores que levam os adolescentes ao uso de drogas.

Fatores de proteção como a Escola, que tem um papel fundamental em nossa sociedade, além disso, é certo que a sua importância tem aumentado cada vez mais nas últimas décadas pela ampliação das possibilidades de melhorias que o espaço escolar tem proporcionado em nossa sociedade. Por isso, os professores do Ensino Fundamental e Médio têm sido constantemente cobrados pelos pais de alunos, direção da escola e pela opinião pública em geral para abordarem a questão das drogas em sala de aula.

Para maior sucesso de projetos como esses, é preciso formar parcerias e contar com o apoio do poder público e privado, bem como a comunidade escolar em geral. A vizinhança também pode ajudar a proteger os alunos, avisando a escola se algum aluno estiver envolvido em uso ou comércio ilegal de drogas, estiver sob o efeito de drogas e em risco (Senad, 2010).

Nesse sentido, muitos questionam a aceitação, por parte da sociedade, das drogas lícitas, uma vez que as mesmas são prejudiciais para a saúde e também causam dependência nos usuários. Segundo o portal Mundo Educação da UOL, o critério de legalidade ou não de uma droga é historicamente variável e não está relacionado, necessariamente, com a gravidade de seus efeitos. Alguns até mesmo afirmam que esse critério é fruto de um jogo de interesses políticos e, sobretudo, econômicos. Dentre os fatores de risco e de proteção podemos citar no que concerne o envolvimento com drogas ilícitas:

Tabela 2. Fatores de risco e de proteção. Fonte: os autores.

Fatores de risco	Fatores de proteção
Fácil acesso às drogas lícitas e ilícitas.	Controle efetivo do comércio de drogas legais e ilegais.
Permissividade em relação a algumas drogas.	Reconhecimento e valorização, por parte da comunidade, de normas e leis que regulam o uso de drogas.
As redes sociais - Internet	Uso de maneira aleatória e sem orientação dos responsáveis
Liberdade de ir e vir	A orientação adequada para a liberdade assistida pelos responsáveis e os pais

O envolvimento de todos no contexto desenvolvido, almejando mudanças reflexivas de comportamentos em relação ao uso drogas, através de vídeos, palestras, reuniões, pesquisas de opiniões entre outros, durante todo ano letivo de 2015. Aproveitando ainda outros recursos didáticos diversos. Sempre que a escola precisa tomar atitude de interesse coletivo, é feito um momento com os pais e responsáveis, bem como com os educandos, mesmo que o comparecimento ou contrapartida seja pequeno. Os espaços de diálogo existem, embora pouco explorados. A pesquisa de Silva (2011) revela que “55% dos jovens conheceram o vício em suas próprias casas, pois os pais ou alguém como primos ou tios, são viciados em alguma droga ilícita ou álcool”.

Segundo a equipe diretiva de 2015, havia esforços para que a família se aproxime da escola para abordar temas dessa natureza, mas a participação dos pais e responsáveis nas reuniões escolares é baixa. Através desses dados, há necessidade de manter proximidade da instituição com a comunidade, através de atividades sociais que envolvam não só os alunos, mas também seus familiares. As informações quantitativas sobre o consumo de drogas nesse ambiente é bem mais que o esperado. Sendo que as drogas mais consumidas no âmbito desse contexto, considerando todos os seus atores, são bebidas alcoólicas, tabaco, maconha, cocaína, crack, energéticos e medicamentos, conforme o *site* institucional da Polícia Militar de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizagem do professor também requer cuidados e dedicação para que a formação continuada reflita no aperfeiçoamento das práticas escolares em diversos contextos e níveis de ensino. Sabemos que não é possível assimilar todo o conteúdo disposto nas diretrizes de curriculares e suas respectivas mudanças durante o período da licenciatura, o que implica na oferta e manutenção de cursos e programas para docentes. Dessa forma, entendemos que iniciativas como o Curso de

Prevenção do uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, do Governo Federal legitimam a promoção e incentivo à formação continuada prevista pela LDB (1996), além de fomentar ações sociais do Poder Judiciário no combate às drogas e violência.

A Educação a Distância (EaD) potencializou as possibilidades de aprendizagem porque o cursista-professor pode acessar inúmeras fontes de informações e dados relacionados à prevenção do uso de drogas por meio de arquivos digitais, conteúdos, *links*, *hiperlinks*, ferramentas de busca etc. Nesse sentido, é necessário que se tenha autonomia, mantendo postura ativa diante da construção de conhecimento. No AVA, foi possível acessar os fóruns para interação com o tutor e os demais cursistas, quadro de notícias do curso e notas, mensagens com opção de envio de e-mails, biblioteca virtual com textos e vídeos, apoio técnico e guia do cursista, de modo a configurar um ambiente intuitivo que proporciona interação e colaboração.

Por fim, entendemos a oferta desse curso de capacitação como uma atitude estratégica do Governo Federal focada na formação continuada docente para abordagem preventiva contra o uso abusivo de álcool e outras drogas. A intersetorialidade de ações promovidas por várias instituições públicas com objetivo de melhoria de qualidade de vida de jovens em situação de vulnerabilidade ou exposição às drogas, como vimos nas estatísticas do município de Formosa-GO. Desse modo, ao ofertar gratuitamente um grande número de vagas para educadores de todo o Brasil, as instâncias estatais demonstram atendimento e cumprimento das disposições legais e internacionais, tanto no investimento em formação continuada docente quanto ao cuidado com saúde e segurança de crianças e adolescentes.

Ainda nesta linha de pesquisa sobre a formação continuada docente, algumas inquietações nos norteiam, no sentido de que ampliar as potencialidades do objeto de estudo, de modo que as relações entre o mesmo e o contexto de prevenção ao uso de drogas e álcool: Quais as contribuições do curso Saúde e Segurança na Escola para a formação dos professores? Como elas poderiam estar imbricadas com publicações acadêmicas desenvolvidas pelos estudiosos críticos das políticas atuais, para o alcance de uma formação que possibilite avanços significativos no fazer pedagógico? Quais as características sociodemográficas dos cursistas, além da avaliação de aspectos de satisfação com o curso e modalidade de oferta?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil (2012). Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD). *Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas*. Brasília: UnB.
- Brasil (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

Brasil (2005). *Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005*. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 19 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

Brasil (2002) CNE. Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*.

Monteiro ÉP, Gomide HP, Silveira PS, Ronzani TM (2016). Curso de prevenção ao uso de drogas: Descrição e avaliação de satisfação. *Estudos de Psicologia*, 21 (3): 328-336.

Silva MR (2011) *Causas do uso de drogas por adolescentes do bairro São Benedito no município de Formosa-GO*. Monografia apresentada à Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás. 25p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia Bragantina, 56, 57, 59, 68, 71, 72, 73
avaliação da aprendizagem, 20, 22, 28, 36, 38,
39

C

Canva, 42, 53, 54
cultura de desempenho, 104, 105, 106

E

educação
a distância, 79, 89, 92, 97
do campo, 9, 10, 16, 18, 60, 61, 63, 68, 72
e Internet, 8, 9, 17
enfoques, 12, 56, 57, 59, 66, 79
escolas campesinas, 59, 69
estado da arte, 8, 14, 17, 18, 89, 111
estrutura, 46, 48, 49, 56, 91

F

formação
continuada, 20, 38, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64,
65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 81, 89, 90,
91, 92, 93, 94, 97, 98, 102, 103, 104, 106
de professores, 12, 90, 98, 101

G

gênero discursivo, 41

I

impactos, 56, 57, 68, 105

L

língua inglesa, 41, 44, 45, 46, 47

M

memórias discentes, 20, 28, 32, 38
meritocracia, 104, 105
Ministério da Educação (MEC), 9, 75, 79, 80,
82, 83, 86, 89, 92

P

PNAIC, 56, 57, 59, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70,
71, 73
políticas educacionais, 9, 102, 103
produtividade, 70, 108
professorado Campesino, 56

R

repositórios educacionais, 75, 77, 87
responsabilização, 88, 101, 102, 104, 105, 106,
107

T

tecnologia e educação, 14
trabalho alienado, 108
trabalho docente, 62, 66, 69, 81, 90, 93, 107,
108, 109, 110



Dayse Rodrigues dos Santos

Licenciada em Letras Português e Inglês pela URI e em Pedagogia pela UFSM. Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação pela FURG. Mestra em Estudos da Linguagem na UFG. Professora do IFPA em Santarém.



Nila Luciana Vilhena Madureira

Licenciada em Pedagogia (UEPA). Especialista em Gestão em Educação (UEPA), em Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa (UFPA), e em Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática (IEMCI-UFPA). Mestra em Educação (UFPA). Professora do IFPA em Santarém.



Mary Jose Almeida Pereira

Graduada em Pedagogia (UFPA). Especialização em Metodologia da Pesquisa Científica (UEPA). Mestre em Educação (UFPA). Doutoranda em Educação (UFPA). É técnica em educação na SEDUC/PA.

ISBN 978-658831901-7



9

786588

319017

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br